

AS PRÁTICAS SOCIAIS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: REFLEXÕES

Elizabeth Regina Negri BARBOSA*

- RESUMO: Este estudo trata de estabelecer uma reflexão sobre algumas formas de ação social desenvolvidas na sociedade contemporânea, nas últimas décadas, momento em que profundas mudanças marcaram o desempenho de entidades governamentais, com a minimização das funções do Estado e o aumento das funções do mercado e da sociedade civil. Tem por objetivo deslindar a relação existente entre as práticas sociais desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil, os processos de emancipação e desenvolvimento das populações alvo das ações e a presença anacrônica das categorias filantropia, solidariedade e altruísmo como marca de gestão.
- PALAVRAS-CHAVE: Práticas Sociais; Sociedade Civil; Estado.

Introdução

A amplitude e intensidade dos efeitos do desenvolvimento econômico que, sem limites, desencadeiam situações de degradação, no mundo inteiro, se faz sentir de forma contundente no contexto atual. É o meio ambiente devastado, são as políticas sociais enfraquecidas, o aumento de inúmeros problemas ecológicos e sociais intensificados, produzindo incertezas e desarranjos estruturais na sociedade contemporânea.

O produtivismo ilimitado, tendo como suporte os avanços tecnológicos, se estabelece como prioridade nos cenários nacional e internacional, modificando as relações de trabalho e apresentando como resultado o aumento das taxas de desemprego, dos índices de pobreza e de inúmeras mazelas sociais.

A fratura existente entre os valores éticos conclamados e a realidade objetiva, a cada dia que passa, tende a se alargar.

Os padrões de proteção social, até então controlados pelo Estado e alterados pelas forças do mercado, passam a ser regulados através de um novo pacto social que a sociedade civil estabelece, através de iniciativas diversas, nem sempre sistematizadas e efetivas.

A cronicidade da crise das políticas sociais, sempre

* Doutora em Serviço Social pela UNESP – Franca/SP – E-mail:

dependentes das políticas de estabilização econômica, é o retrato do rompimento que o capitalismo reitera com o Bem-Estar Social, levando a um contexto precarizado e de insegurança do sistema público de proteção social.

O patrimônio acumulado por alguns, lhes propicia acesso irrestrito a toda ordem de bens e à possibilidade plena de desenvolvimento de suas potencialidades.

Em contrapartida, para outros, e em maior número, há um universo de limitações e um estreitamento de probabilidades de desenvolvimento, deformando, em ampla escala, parte do tecido social.

Baseada em uma necessidade de compensação, a sociedade capitalista busca alternativas de enfrentamento dos problemas postos pela realidade objetiva, que apontam uma trágica decadência social em dimensões de valores e dignidade de vida.

A prioridade de inclusão social e o repto de minimizar o agravamento e a constância dos problemas sociais, no Brasil, demonstram a necessidade de rearranjos que modifiquem o cenário nacional.

Algumas alternativas vão se desenhando para a cobertura dos riscos e das vulnerabilidades sociais em que a coletividade se encontra, na tentativa de assegurar a melhoria das condições de vida dos cidadãos. Nas dimensões de cuidado e proteção das camadas consideradas em desvantagem social, nem sempre, a base para a formulação de estratégias interventivas se configura adequadamente, apontando ações imediatistas e com ausência de sustentabilidade.

Considerando a polêmica e o interesse despertado por esses assuntos é que empreendemos o presente trabalho, utilizando-nos da pesquisa bibliográfica como metodologia investigativa, buscando encontrar na literatura examinada as questões que empiricamente levantamos sobre a temática.

O Estado, a Sociedade Solidária e as Práticas Sociais

A redução da intervenção social, por parte do Estado, e a premência de um reordenamento das formas de atendimento às necessidades sociais emergentes, envidam um apelo à solidariedade da sociedade. Esta, de figurante, passa a protagonista do processo de enfrentamento das desigualdades e de

todas as demais seqüelas negativas derivadas de um Estado tímido, comprometido, apenas, com os ajustes econômicos.

O ideário de uma sociedade solidária segue rumo à opção neoliberal por programas seletivos e focalistas, engendrando um processo de regressão de direitos sociais, que mesmo garantidos constitucionalmente, não são qualidades efetivas das políticas sociais no país.

As contradições se avolumam em torno desse assunto, principalmente quando visualizamos a dificuldade de identificação sobre o que é realmente a prática social desenvolvida nesse contexto ideológico-político.

Nesse sentido, as questões de interesse devem ser analisadas, pois são significativas, tendo como determinantes os diferentes agentes - dominantes e dominados, que buscam de várias formas preservar ou melhorar suas posições.

Diferentes estratégias vão se configurando de acordo com as características que cada campo social vai definindo, colocando antagonicamente as posições dos agentes, que ocupam espaços de poder e dominação, de opressor e oprimido.

Para Silva, (2006, p. 2)

O conceito de campo social, por sua vez, pode ser compreendido como o espaço onde se adquire – e se utiliza – o capital específico. Nesse caso, o campo expressa um estado da relação de forças entre agentes e/ou entre instituições, que buscam preservar ou melhorar suas posições em instituições e/ou redes sociais dotadas de relativa autonomia.

A noção de capital, assim exposta, corresponde não só aos recursos de ordem econômica, mas também aqueles de ordem culturais, sociais e simbólicos expressos nas sociedades.

Assim, com relação às questões de interesses, devemos refletir que, os indivíduos e a sociedade quando não conseguem dar o devido valor aos critérios de apreciação das condutas, perdem a capacidade de julgar e decidir por si mesmas, banalizando os diferentes capitais e a conquista de novas posições no campo social.

Nos setores onde há menor provisão de capitais, a estratégia de disseminar algumas espécies de capital, do qual o mais disponível, nas grandes sociedades urbanas atuais, é o capital

cultural, somente grupos ou agentes que vislumbram uma perspectiva de futuro, conseguem conduzir determinadas ações para a conservação ou mudança dos diversos espaços sociais.

No sentido de emancipação social e política do indivíduo, sabemos que, além do conhecimento, há a necessidade de haver a sua inserção no mercado, para que possa obter, também, competência econômica. O mercado figura como meio que possibilita a satisfação de interesses comuns.

Ser trabalhador assalariado sempre foi condição indispensável para a inserção social, possibilitando não somente a aquisição de renda para a sobrevivência e o consumo, mas também a conquista de *status* dentro da sociedade, de uma identidade e de proteção social, ainda que precária.

Nesse enfoque, a liberdade aparece como o fulcro de todo o processo de desenvolvimento, pois, nela se encontra a iniciativa livre do cidadão para se emancipar, crescer enquanto participe de oportunidades, aumentar sua inserção e competência política, bem como sua renda.

É natural que para isso, certa dose de dependência ocorra, pois a vida em sociedade nos torna dependentes uns dos outros. No entanto, é necessário que se vislumbre a ajuda como transitória e focada na emancipação, para que não se registrem as suas contradições, ou seja, a ajuda enquanto compromisso de quem recebe e fica a dever, de alguma forma, a quem a dá.

É nesse sentido que devemos refletir sobre a solidariedade que por vezes suscita a subalternidade, ficando longe de alavancar qualquer processo que encaminhe à competência política (DEMO, 2000).

A Solidariedade, o Altruísmo, a Filantropia

Um conjunto de categorias específicas mostra-se com características comuns e se apresenta em nossos estudos de forma a ratificar a existência de estratégias que longe de transformarem as realidades sociais, buscando direitos sociais através de políticas universalizantes, acabam por fortalecer os vigorosos traços assistencialistas da rede de proteção social filantrópica, solidária e leiga.

Não desconhecemos que as categorias altruísmo, filantropia e solidariedade estão presentes nas inúmeras estratégias das

práticas sociais, da maioria dos organismos da sociedade civil.

Para uma melhor compreensão dessas categorias, buscamos suas definições e encontramos na obra de Srour (2000, p.213) que “ser altruísta significa tomar decisões que beneficiem os outros; agir visando o bem-estar dos outros”. Entendemos que corresponde, de certa forma, à generosidade e ao desprendimento das pessoas, assim, também, como a filantropia, que se coloca como uma ação de mecenato, cuja ênfase é a doação (MELO NETO; FROES, 1999).

A filantropia e o altruísmo são categorias que assumem o sentido de caridade, pautadas na boa vontade daquele que a pratica e que age por puro respeito ao dever de se doar. Há uma conotação voltada à religiosidade e aos deveres morais que afirmam a dignidade dos seres humanos enquanto pessoas não preocupadas com interesses próprios, mas com o outro.

Uma reflexão mais ampla sobre o sentido da caridade nos encaminha aos estudos de Arendt (1995, p. 62) que, em sua obra “A condição humana”, descreve:

Historicamente, conhecemos somente um princípio concebido para manter unida uma comunidade de pessoas destituídas de interesse num mundo comum e que já não se sentiam relacionadas e separadas por ele. Encontrar um vínculo entre os homens, suficientemente forte para substituir o mundo, foi a principal tarefa política da antiga filosofia cristã; e foi Agostinho quem propôs edificar sobre a caridade não apenas a “irmandade” cristã, mas todas as relações humanas. Essa caridade, porém, muito embora a sua qualidade não-mundana corresponda claramente à experiência humana geral do amor, é ao mesmo tempo nitidamente diferente deste último por ser algo que, como o mundo, se interpõe entre os homens.

Assim, o vínculo de caridade que as pessoas criam tem suas raízes nos princípios cristãos, os quais direcionam a estrutura da vida comunitária para um modelo em que as relações sociais devam ser semelhantes àquelas dos membros de uma família. A filantropia, bem como o altruísmo, estão, assim, radicados na cultura popular, regidos pelos valores da tradição religiosa.

Dessa forma, as ações voltadas a angariar e repassar donativos, são as mais desenvolvidas gerando fontes de apoio às

organizações sociais sem, no entanto, garantir um padrão de continuidade e efetividade quanto aos resultados a serem obtidos com suas populações alvo. Satisfaz, momentaneamente, aquele que recebe e, particularmente, àquele que dá.

Alguns estudos apontam que existe uma antinomia estabelecida entre egoísmo e altruísmo, cuja compreensão é inicialmente realizada através de interpretações semânticas, que propiciam a delimitação entre um termo e outro.

O egoísmo se refere a toda e qualquer ação voltada a interesses próprios, desvinculado de qualquer sentido de coletividade. O altruísmo, por sua vez, nos remete ao entendimento de que os homens, ao viverem juntos, em coletividade, estão sempre fazendo concessões mútuas, assumindo formas de doação e reciprocidade. Denota a existência de desprendimento, generosidade e de comportamento ético.

No entanto, Srour (2000, p. 216) analisa que

no cerne da ideologia econômica neoliberal encontra-se a crença de que o egoísmo é ético.[...] O neoliberalismo considera que a iniciativa individual constitui a base da vida econômica [...] o interesse geral corresponde, à síntese dos interesses particulares.

Isso nos remete às posições de Milton Friedman (1977) para quem o interesse próprio é um poderoso motivador que, ao ser acionado, resulta em conseqüências positivas e socialmente desejadas.

Não se pode pensar, entretanto, que a natureza humana, em sua plenitude, se divide entre o egoísmo exacerbado e/ou o altruísmo extremo.

Um ponto de equilíbrio se impõe, ao visualizarmos o homem como agente social, ao mesmo tempo singular e portador de relações coletivas, pertencente a classes e categorias sociais, que o sustentam e o abrigam. Nessa reflexão, consideramos os pensamentos de Srour (2000, p. 219):

[...] não há coletividades que operem orientadas por um egoísmo puro ou por um altruísmo extremado. Num caso, por causa da ausência de amarras coletivas, o que inviabiliza a existência do todo; noutro caso, porque o desprendimento pessoal sem

limites quase nunca consegue tornar-se regra. Qual é então a chave explicativa? Os interesses individuais só se realizam no marco de um altruísmo imparcial e tanto a cooperação como as contradições entre os agentes são processos indissociáveis e imanentes à realidade social.

O autor elabora uma classificação colocando o altruísmo em três patamares distintos: o altruísmo extremado, o imparcial e o parcial.

No primeiro, temos o sacrifício dos interesses particulares em prol da coletividade, derivando para o que denomina de “santidade”. Nessas condições, o indivíduo ignora sua própria condição e necessidades.

A seguinte, o altruísmo imparcial, se apresenta como respeito aos interesses gerais, corporativos e individuais, representado pela conduta ética.

A terceira classificação, o altruísmo parcial, tem como característica a primazia dos interesses particularistas que, segundo Srour (2000, p. 214), é bem representado “pela moral da parcialidade – faz com que alguns sejam mais iguais do que os outros, coloca o ‘capital de relações sociais’ acima de tudo e assume com franqueza uma postura de exclusivismo corporativo”. Nesse sentido estrito, passa a ter caráter antiético.

É notório que toda coletividade possui normas que ordenam condutas sociais nas quais muitas crenças morais são cultivadas, tornando-se fatores de coesão e fundamento para a própria vida gregária. A participação dos grupos voluntários das organizações da sociedade civil e a própria diretriz para os trabalhos sociais é disseminada, através da filosofia que a compõe, dos comportamentos expressos ou velados dos seus dirigentes.

Assim como o altruísmo e a filantropia, a solidariedade esteve presente em, praticamente, todas as formas de sociedade e foi, sem dúvida, a grande propulsora de variados meios de ajuda às pessoas necessitadas de apoio material para sobreviver.

Nos dias de hoje, principalmente, é possível encontrar a categoria solidariedade difundida, através de muitas configurações, e atendendo a inúmeros objetivos, nem sempre consoantes entre si. A adesão à solidariedade atinge os diversos segmentos da sociedade, através do apelo incessante da mídia televisiva, da imprensa escrita e falada e de outros mecanismos de

comunicação de massa.

Um novo desenho ela assume, principalmente através da configuração que os governos lhe imputam, fazendo com que por seu intermédio ocorra o envolvimento da sociedade para o ajuste dos desarranjos sociais existentes.

Compreender a solidariedade se faz necessário uma vez que o seu uso determina, na maioria das vezes, um retrocesso que privilegia as práticas assistencialistas, tão largamente utilizadas como estratégia de sobrevivência da classe trabalhadora.

Por si só ela não garante a resolução dos problemas sociais, pois sua face assistencialista e paliativa perpetua os estados de pobreza e de exclusão social, na medida em que não abrange a raiz dos problemas, mas apenas as suas manifestações mais evidentes.

O auxílio recíproco, a ajuda mútua e a interdependência indicam claramente a presença de ações que são utilizadas em circunstância de emergência. Nesse caso, podemos dizer que a solidariedade é comparada a um ato emergencial, anódino, capaz de resolver a situação momentaneamente, sem assegurar que se dê a sua alteração. Ela não se vincula às mudanças estruturais e nem apresenta propostas de superação dos estados de precariedade que as populações se encontram. Quase sempre, indica uma associação a padrões éticos, de equidade e justiça, mas não assevera a sua conquista.

A presença permanente dessas categorias, na esfera das práticas sociais das organizações da sociedade civil, revela a existência de amadorismo e uma falta de precisão no que tange à efetividade das ações voltadas à comunidade.

Conclusão

O assunto em curso está marcado por severas contradições, demonstrando que o domínio de valores e idéias sobre as práticas sociais desenvolvidas, por organizações da sociedade civil, apresenta-se, muitas vezes, como algo pouco consistente.

Podemos dizer que a sociedade, no limiar dessa nova era, clama por respostas à indignação frente ao caos social em que se encontra. Uma profunda transformação nos paradigmas relativos ao pensar, avaliar e agir demanda uma visão crítica da realidade, um voltar-se para o coletivo sem o espectro indelével do mercado.

É preciso ter a clareza de que o mercado, como demiurgo

dos ditames para a sociedade, empana as perspectivas macrosociais de desenvolvimento, perdendo como referência as coletividades.

A demanda por práticas sociais mais eficazes surge como alternativa associada a um imperativo ético-político, para o provimento de um Estado em crise que já não se responsabiliza pelos incômodos sociais que a problemática da exclusão produz.

Existe uma lógica, ainda pouco discutida nessa fronteira, entre as práticas sociais da sociedade civil e a (des) responsabilização do Estado. Ela segue a dialética da unificação de pequenas soluções, acanhadas saídas, nem sempre favoráveis às grandes necessidades de inclusão.

Nesses processos paliativos não se garantem os direitos de cidadania e por vezes se desenvolve a tutela que imbeciliza e propicia a manutenção da pobreza. O ato de assistir, muitas vezes, é realizado como forma de vendar o pensamento. É melhor tratar de problemas como a fome do que lidar com o pensamento da população, que busca suas soluções e emancipação política.

A confluência perversa entre a necessidade de fortalecimento da sociedade civil e o movimento antagônico gerado pelo ideário neoliberal expressa, a um só tempo, um movimento dinâmico, ora centrado no avanço gerado pela participação efetiva dos grupos sociais, com propostas de desenvolvimento e emancipação, ora pelo retrocesso de práticas alienantes e assistencialistas que perpetuam a exclusão social.

A complexidade que o assunto apresenta e os interessantes vieses de sua conformação são materiais extensos para reflexão e apresentam-se como fonte inesgotável de apreciação. Assim, as vertentes focadas neste trabalho, podem contribuir para o alargamento das ponderações que se fazem necessárias à compreensão e ao aprimoramento de estudos referentes a esse tema tão controverso e difundido, no meio acadêmico e na sociedade atual.

BARBOSA, E. R. N. The social practices of the organizations of the civil society: reflections.. *Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 16, n. 1, p. 116-125, 2007.

- *ABSTRACT: This study establishes a reflection on some forms of social action developed in the contemporary society, in the last decades, moment in that deep changes marked the acting of government entities, with the minimization of the functions of the State and the increase of the functions of the market and of the*

civil society. It has the objective to extricate the existent relationship among the social practices developed by the organizations of the civil society, the processes of emancipation and development of the populations which are object of actions and the anachronic presence of the categories philanthropy, solidarity and altruism as administration mark.

- **KEYWORDS:** *Social Practices; Civil Society; State.*

Referências

ARENDDT, H. *A condição humana*. Tradução Roberto Raposo. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DEMO, Pedro. *A Educação pelo Avesso: assistência como direito e como problema*. São Paulo: Cortez, 2000.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Tradução Luciana Carli. [S.l.] ed. Artenova S. A, 1977.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. *Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

SROUR, R. H. *Poder, cultura e ética nas organizações*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

_____. *Ética empresarial: postura responsável nos negócios, na política e nas relações pessoais*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SILVA, Jailson de Souza e. *Sobre as práticas sociais*. Disponível em: < [http:// www. lets.inf.br/article. php3?>](http://www.lets.inf.br/article.php3?>) Acesso em: 20 jul. 2006.

Artigo recebido em agosto/2006. Aprovado em fevereiro/2007